

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Num processo que pouca o Estado Português e reduz a confiança dos cidadãos nos negócios por este realizados, as Varas de Competência Mista do Tribunal de Guimarães estão instaladas há anos num edifício que, além de se revelar exíguo e inadequado, exige do Estado o pagamento mensal de um valor de renda que ascende a 32.000€.

No dia 12 de março de 2019, ano de Eleições Legislativas, a Senhora Ministra da Justiça deslocou-se à cidade de Guimarães para presidir à assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal de Guimarães e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ), estabelecendo os termos da construção de um novo edifício para o Tribunal de Guimarães, concretamente para aí poderem ser instalados o Juízo Criminal (Local e Central), o Juízo de Família e Menores, o Juízo do Trabalho e ainda o DIAP.

Trata-se de um edifício com 6.500m² com vários pisos, “*inteligente em termos de soluções energéticas*” e com “*as condições de segurança suficientes para acolher todas as valências criminais. Vai estar dotado, por exemplo, de estacionamento subterrâneo*”, de acordo com declarações da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro.

Este edifício acarretará um investimento de 10,5 milhões de euros sendo que, de acordo com declarações então prestadas pela Senhora Ministra da Justiça, o projeto desenrolar-se-ia em três fases, sendo a 1ª Fase para conceção dos projetos de arquitetura, a 2ª Fase para realização dos projetos técnicos de infraestruturas e sendo a 3ª Fase dedicada à construtiva. Nos termos do protocolo de cooperação então celebrado a construção (3ª Fase) teria de arrancar num prazo máximo de três anos, após o IGFEJ obter o visto do Tribunal de Contas relativo ao direito de superfície do terreno, avaliado em quase 1,4 milhões de euros.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados requerem à Senhora Ministra da Justiça os seguintes esclarecimentos:

1 - Pode o Governo informar a fase em que se encontra o novo edifício Tribunal de Guimarães com vista a albergar o Juízo Criminal (Local e Central), o Juízo de Família e

Menores, o Juízo do Trabalho e DIAP?

2 - Em que data foi recebido o projeto da responsabilidade da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho?

3 - Foi já transmitido o direito de superfície pelo Município de Guimarães ao IGFEJ?

4 - Consegue o Governo garantir o cumprimento dos prazos constantes do protocolo celebrado entre Câmara Municipal de Guimarães e IGFEJ?

Palácio de São Bento, 15 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

ANDRÉ NEVES(PSD)

LINA LOPES(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)